

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

Organizadores:

LAURA SOUZA FONSECA

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA



Apoio:



UFRGS Gráfica
Porto Alegre - 2017

Gráfica da Universidade
Rua Ramiro Barcelos, 2500 | Porto Alegre, RS, Brasil | CEP 90035-003
Fone/fax +55 (51) 3308-5083 | grafica@ufrgs.br
© Direitos reservados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Organização: Grupo Trabalho e Formação Humana
Foto da Capa: Hamilton Rosa dos Santos, “*O Engraxate*”
Diagramação da Capa: Mateus Ballardin.
Contracapa: Grupo Trabalho e Formação Humana
Orelhas: Grupo Trabalho e Formação Humana
Diagramação: Grupo Trabalho e Formação Humana
Revisão: Grupo Trabalho e Formação Humana
Editoração: Grupo Trabalho e Formação Humana

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T758

Trabalho, formação de trabalhadores e lutas sociais no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente / Laura Souza Fonseca, Grupo Trabalho e Formação Humana (organizadores). – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2017.

276 p.

ISBN: 978-85-9489-076-4

**POR UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NA PROMOÇÃO DOS
DIREITOS INFANTO-JUVENIS: ENFRENTANDO VIOLÊNCIAS,
CONSTRUINDO PROTEÇÕES**

Raquel da Silva Silveira

PUXANDO UM DEDO DE PROSA

Minha Rapunzel de Dread

Mc Soffia

Num conto de fadas a Rapunzel joga suas tranças
Na minha história, ela tem dread e é africana
Agora vou contar o meu conto para vocês
Como todas as histórias começa com era uma vez

Era uma vez uma princesa Rastafari
que nasceu no reino de Sabá
Na minha história quem disse que a bruxa é má?
Meninas unidas podem tudo mudar

[...]

Crie uma princesa que pareça com você

Inicio este texto com as palavras da MC Soffia, a menina negra que canta e encanta o Brasil num período triste de fragilidade da democracia, desmonte das políticas públicas em

nível nacional¹ e avanço de discursos fascistas em nível global². Nesse cenário, a produção deste livro é mais do que bem-vinda, pois nos faz crer na força do coletivo e no registro da memória vivida como potência de luta. As reflexões teórico-críticas aqui produzidas fizeram-se texto a partir da roda de conversa sobre o eixo “violências e proteções” ao sujeito infanto-juvenil, da qual eu fazia parte em virtude de minha atuação como professora universitária, extensionista e pesquisadora do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH/Nupsex) do Instituto de Psicologia da UFRGS. É deste lugar de: educadora, psicóloga, mulher branca, cis-heterossexual³, que proponho essa escrita-conversa. Importante lembrar que aquela tarde de trabalho iniciou com a participação de um professor do Curso de Dança da UFRGS, o qual nos convidou para uma ciranda. Cirandamos, brincamos, nos olhamos, nos tocamos, batemos os pés no chão aos sons indígenas, dançamos em roda e de mãos dadas.

Assim, encharcadas de sensações, passamos a conversar sobre o tema proposto: de que forma as discussões interseccionais sobre gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social e deficiências podem contribuir para “as boas práticas” nas políticas de proteção ao sujeito infanto-juvenil?

Do meu lugar de fala-escrita, acrescentaria outras indagações inquietantes: de que forma as e os profissionais que atuam com crianças e adolescentes em situações de violação de direitos humanos têm se apropriado das produções “acadêmico-científicas” sobre essa temática? Que espaços de formação continuada têm sido proporcionados para esse coletivo profissional? Como temos lidado com nossos pré-conceitos diante de uma criança e juventude que está sendo subjetivada nesse mundo veloz e em constante transformação em que vivemos?

Embalada por essas questões, passo agora a costurar as discussões teóricas que temos produzido no Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS com as

¹ Em 31 de agosto de 2016, foi aprovado o impeachment da presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff. Para compreensão desse processo, sugerimos a leitura do livro “A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado”, de Jessé Souza. Rio de Janeiro: LeYa, 2016. Em 13 de dezembro de 2016 foi aprovada uma Proposta de Emenda Constitucional (*PEC 55/2016*) que congelou os gastos sociais por 20 anos. Até julho de 2017, o Senado brasileiro já aprovou duas “reformas” sem discussão democrática com a população: a “reforma” trabalhista e a “reforma” do ensino médio.

² ABREU, Jonas Modesto e ALLEGRETTI, Giovanni. Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/36545/20239>. Acessado em 24/07/2017.

³ Cis-heterossexual: o sufixo “cis” é uma marcação linguístico-política que sinaliza que todas as identidades de gênero são construções sociais. Tal qual classificamos as pessoas transexuais e travestis, o movimento de pessoas trans propõe que se acrescente o sufixo “cis” para visibilizar que existem pessoas que são lidas como “normais” por responderem às expectativas de coerência entre sexo-gênero-sexualidade.

experiências de sala de aula, as práticas de extensão e de pesquisa. O intuito é promover uma conversa que amplie a produção de sentidos e permanente reflexão crítica sobre as nossas práticas.

DESASSOSSEGOS NO AR: PARA QUE SERVEM OS CONCEITOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E DE INTERSECCIONALIDADE?

A psicologia é um campo de conhecimentos que se debruça sobre a constituição psíquica das pessoas, levando em consideração os aspectos biopsicossociais que constituem a trama complexa em que está envolto seu “objeto” de estudos. Em suas diversas perspectivas teórico-metodológicas, tem sido a Psicologia Social e Institucional, de vertente francesa e latino-americana⁴, a responsável por focalizar a importância das relações de saber-poder e da contextualização histórica e geopolítica na compreensão do “comportamento” humano. Assim, tomamos como central o conceito de produção de subjetividade, no qual se destacam os seguintes pontos: a) não há uma “essência” humana universal e individual; b) a “essência” do ser humano depende das condições de vida, das experiências a que a pessoa será exposta e, portanto, será sempre coletiva; c) serão os discursos disponíveis em cada tempo e lugar que darão as “estruturas”, o campo de possibilidades para a construção do sujeito psíquico/pensante/desejante.

Neste paradigma, a noção de poder adotada embasa-se nas discussões de Michel Foucault (1995), em que o poder é sempre relacional, ou seja, não é da ordem de uma posse, simplesmente, mas sim de um exercício de poder entre as diferentes posições de sujeitos que ocupamos nas relações sociais. O poder é sempre uma ação que se exerce sobre a ação dos outros, sendo, portanto, intrínseco às relações humanas. Nessa concepção de poder também é fundamental o direito à liberdade, ou seja, a necessidade de que essa relação aconteça entre homens e mulheres livres, em que haja possibilidade de resistência às formas de dominação instituídas. A produção de subjetividade do nosso tempo nos fará assujeitados(as) não só às grandes estruturas sociais, mas, principalmente, a forma como nos reconhecemos a nós mesmos(as), bem como a forma como reproduzimos ou resistimos às relações de poder instituídas.

⁴ Nessas vertentes, destacamos os/as seguintes intelectuais: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, René Lorau e Georges Lapassade, Ignacio Martín-Baró, Silvia Lane, Henrique Nardi, Neuza Guareschi, Rosane Neves, Regina Benevides, Eduardo Passos, Simone Paulon.

Acredito que essa discussão teórica da psicologia social e institucional comporta uma dimensão política de transformação social, na medida em que propõe analisar os efeitos que os discursos instituídos produzem nas nossas vidas. Lembrando que para Foucault os discursos se concretizam em práticas, ou seja, estamos imersos em práticas discursivas e práticas não discursivas que concretizam o poder dos discursos instituídos. Assim, quando nos propomos a refletir sobre as políticas de proteção ao sujeito infante-juvenil em Porto Alegre, precisamos nos questionar sobre quais são os discursos disponíveis na produção de subjetividade deste nosso tempo e como esses discursos atravessam as nossas práticas no trabalho, as nossas formas de pensar, de sentir, de cuidar.

Nessa direção, é fundamental explicitarmos como se deram e como perduram as relações de saber-poder nos discursos da modernidade. Os processos de colonização do continente europeu sobre os outros continentes dividiram o mundo em dois: os colonizadores e os colonizados. O pensamento ocidental dicotômico e hierarquizado tomou para si a “missão” de dominar o mundo e universalizá-lo em prol do “progresso” da humanidade. Certamente esse processo tem uma longa trajetória de condições sócio-históricas que permitiram essa configuração, a qual se atualiza nos discursos da globalização que afetam nossas vidas cotidianas. Aliado a isso, a forma de organização econômica do mundo contemporâneo consolidou-se com a hegemonia do sistema capitalista, o qual tem demonstrado seus efeitos de concentração de riquezas, produção da miséria, aumento do individualismo, consumismo e competitividade (PIKETTY, Thomas, 2014; BAUMAN, Zygmunt, 1999; GUATTARI, Félix, 2011; SANTOS, Milton, 2015; QUIJANO, Aníbal, 2002).

Mas e o que isso tudo em a ver com a política de proteção à crianças e adolescentes na cidade de Porto Alegre, no ano de 2017? E onde está o tal conceito de interseccionalidade?

Ao analisarmos criticamente quais são os discursivos disponíveis em nosso tempo para que possamos pensar, sentir, amar, odiar, julgar, agir, acredito que teremos mais subsídios para uma crítica e auto-crítica das formas de dominação estabelecidas e se estamos ou não de acordo com os efeitos que elas têm produzido na nossa sociedade. A própria construção das políticas de proteção ao público infante-juvenil pode servir de questionamento crítico, afinal, que sociedade é essa que precisa de políticas públicas para proteger suas crianças e jovens? Proteger de quem?

O conceito de interseccionalidade entra em cena para desassossegar ainda mais o pensamento crítico-reflexivo. Esse exercício de permanente questionamento sobre os porquês

de tudo, o qual é fundamental para o avanço tecnológico e científico, bem como para conquistas de direitos humanos, amplia-se diante do reconhecimento da fragilidade da noção de sujeito universal de direitos das sociedades democráticas. Esse sujeito é abstrato, sem corpo, sem história, sem vida, sem relações. Ainda que tenhamos o conceito de equidade para tensionar o princípio da igualdade nas políticas públicas, entendemos que ele não é suficiente para compreendermos a complexidade dos sujeitos corporificados, principalmente por priorizar os aspectos materiais das desigualdades sociais. No campo da saúde, Lígia Maria Vieira da Silva e Naomar Almeida Filho (2009, p.223) têm problematizado o conceito de equidade, propondo que se visibilize:

[...] que as diferenças de ocorrência de doenças e eventos relativos à saúde são mediadas social e simbolicamente. Desse modo, refletem interações entre diferenças biológicas e distinções sociais por um lado e iniquidades sociais por outro, tendo como expressão empírica as desigualdades em saúde. Por esse motivo, tratar teoricamente o problema da equidade em saúde toma como imperativo examinar as práticas humanas, sua determinação e intencionalidade no que diz respeito especificamente a situações concretas de interação entre os sujeitos sociais.

Nessa direção, a proposição conceitual da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (2002) possibilita que se pense de forma articulada e não hierarquizada os arranjos que as marcas do racismo, do sexismo e do classismo produzirão nas trajetórias de vida das pessoas. Essa autora propõe a imagem de um cruzamento de avenidas para pensarmos a posição de sujeito que a pessoa ocupa nas relações de saber-poder. As ruas seriam os eixos de dominação instituídos nas nossas sociedades, tais como as relações raciais, as relações de gênero, as relações de classes sociais, as relações internacionais entre os países, dentre outras. A ideia é pensarmos que num cruzamento as ruas se interseccionam, mas elas não são as mesmas ruas. Os arranjos que se darão na encruzilhada precisarão ser analisados detalhadamente, sem desconsiderar a historicidade de cada rua, de cada eixo de dominação. A partir dessa mirada interseccional, Kimberlé Crenshaw (2002) alerta para a necessidade de construirmos perguntas levando em consideração esse cruzamento de ruas, pois isso permitirá que façamos perguntas que normalmente ficam invisibilizadas quando tomamos a noção de sujeito universal de direitos.

Desta forma, o conceito de interseccionalidade potencializa a necessidade de apurarmos o olhar e a escuta para os impactos que os marcadores sociais de diferença (raça/etnia-gênero/sexualidade-classe social-deficiência física e/ou mental) produzirão na vida

das pessoas. Racismo⁵, sexismo⁶, classismo⁷, capacitismo⁸ são eixos de dominação e exploração que se articulam na produção de desigualdades e injustiças, bem como na produção de subjetividade. Ou seja, tanto nas relações sociais mais amplas, como nos processos psicológicos pré-discursivos, pré-reflexivos. Mesmo que as normas legais assegurem a igualdade formal nas sociedades democráticas de direito, a vida cotidiana se organiza pelas noções de superioridade e inferioridade que atravessam a constituição dos corpos e mentes de homens e de mulheres, de brancos e de negros, de capazes e de incapazes, de ricos e de pobres.

ERA UMA VEZ UMA SALA DE AULA QUE NUNCA MAIS SERÁ A MESMA

Eu sempre achei estranho vocês dizerem que temos que proteger as crianças. Nos ensinamentos indígenas a gente aprende que são as crianças que nos protegem. (Angélica Domingos Ninhpryg, assistente social, indígena Kaingang formada pela UFRGS).

Outra fala de vocês, brancos, que não compreendemos, é quando dizem que a pessoa tem que estudar pra ser alguém na vida. Como assim? Já somos alguém na vida! (Rejane Nunes, estudante kaingang de psicologia da UFRGS).

Essas falas foram compartilhadas com uma turma de segundo semestre do curso de psicologia da UFRGS, em 2015. O tema da aula era sobre o marcador social de etnia e como ele se articula na produção de subjetividade brasileira. Para mim, escutar esses questionamentos foi desterritorializante, pois eu nunca tinha duvidado dessas certezas, dessas normas “positivas” da nossa sociedade. Então seria possível pensar em relações sociais em que não se precisasse proteger as crianças? Seriam elas seres protetores? Do quê? De quem? Que ensinamento indígena era esse? O que ele significa? ... E... estudar não é fundamental

⁵ Nessa temática sugerimos a leitura de:

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Nandyala, 2012. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

⁶ Nessa temática sugerimos a leitura de: GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Guacira Lopes Louro Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

⁷ Nessa temática sugerimos a leitura de: SOUZA, Jessé. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. Revista Brasileira de Sociologia, volume 1, número 1, janeiro/julho de 2013.

⁸ Nessa temática sugerimos a leitura de: GESSER, Marivete, NUERNBERG, Adriano Henrique, & TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. Psicologia & Sociedade; 24(3): 557-566, 2012.

para ser alguém na vida? De que vida estamos falando? Ops... existem outras possibilidades de apreender o mundo? ... Desassossego, desamparo, incômodo. Como lidar com toda essa intensidade afetiva e intelectual?

A possibilidade de escutarmos estudantes indígenas nas salas de aulas da universidade pública é fruto da política de ações afirmativas, que através das cotas raciais, étnicas e sociais, têm proporcionado o ingresso de jovens que antes não acessavam o ensino superior. Assim, outros corpos, outros povos têm desestabilizado os saberes e as práticas institucionalizadas no meio acadêmico. Com maior expressividade numérica que os povos indígenas, o povo negro tem ocupado a universidade e bradado sua inconformidade com o epistemicídio⁹ sobre a produção de conhecimentos africanos, decoloniais e latino-caribenho nas nossas salas de aula. Segundo Jéssyca Barcellos (2016), muitos são os desafios para que estudantes negros e negras permaneçam na universidade, pois o racismo institucional dificulta a caminhada acadêmica.

Foi quando percebi que aquele mundo (a universidade pública) não era meu, não porque eu não deveria estar ali, como o sentimento anterior, mas porque ele não falava de mim. As teorias não falavam de mim, nem da minha constituição, nem do meu sofrimento, nem de nada sobre mim. As teorias nunca pensaram em mim enquanto Ser. As teorias foram ampliadas para me incluir (e notem que falei ampliada, pois nem adaptadas foram), dizendo que eu era igual aos outros, quando cada parte do meu eu gritava que eu era diferente. Procurei, agora sim, meus iguais. Sim, éramos poucos na época, mas éramos. Cada um de nós lutando e buscando formas de sobreviver àquele mundo. Comecei devagar, lendo alguns blogs, indo a alguns encontros promovidos pelo coletivo Negração¹⁰ (coletivo de estudantes negros da UFRGS) que também estava em seu início. (BARCELLOS, Jéssyca, 2016, p.?)

Dominação e resistência produzindo subjetividades. A interseccionalidade racial e étnica sacudindo a invisibilidade da suposta universalidade dos saberes científicos. Que perguntas deixamos de formular? Ecoa Kimberlé Crenshaw (2002). Aliado a isso, as produções de final de curso de estudantes negros e negras têm visibilizado experiências de vida que em muito diferem das infâncias e juventudes apresentadas nas teorias consagradas na psicologia. De um modo geral, mesmo as teorias da psicologia social e institucional que trabalhamos não questionam a racialização do mundo e seus impactos nas pessoas, negras e brancas. Assim, compartilho aqui as vozes de estudantes negros e negras que me convidaram a acompanhar seus percursos racializados na universidade pública brasileira, experiência importante para ressignificar minhas práticas docentes.

⁹ CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

¹⁰ Coletivo de Estudantes Negros da UFRGS, criado em 20/07/2012, através da reivindicação da errata no hino sulriograndense para “Povo que não tem virtude acaba por *escravizar*”.

[...] quando estava na terceira série do ensino fundamental, então com nove anos, fui surpreendida por minhas colegas de Van escolar ao entrar no veículo, três delas que estavam no banco de trás me recepcionaram com uma música que dizia: “nega do cabelo duro, que não gosta de pentear, qual o pente que te penteia?!” Repetiram o refrão umas três vezes, eu chorei em silêncio, já sabia que o racismo existia, a novela Carrossel reforçava as humilhações sofridas por um menino negro todo dia, então eu já sabia... Agora era a minha vez. E mais uma vez a resposta para o racismo foi o silêncio, o “tio da Van” até percebeu, as repreendeu, pediu desculpas para os meus pais, entretanto aquela marca permaneceu, e por anos não consegui expô-la. (DAMAZIO, Caroline, 2016, p.8)

Eu soube desde cedo que eu era diferente. Foi quando meus pais me disseram que eu era “filha do coração”. Ainda sem entender muito bem tomei aquilo como algo natural. Cresci numa cidade pequena e quase todos já sabiam sobre minha adoção. Ainda assim, faziam muitas especulações sobre meu paradeiro. As crianças perguntavam se eu tinha vindo de um orfanato. Na época a telenovela Chiquititas fazia muito sucesso. Eu era a “Pata”. Eu tinha que ser a personagem negra. Eu sempre era a personagem negra. Normalmente só havia uma. Eu queria ser loira. Ninguém queria ser a personagem neguinha, porque eu gostaria de ser? Eu tinha uma boneca negra, mas para mim era só uma boneca. Ninguém queria brincar com a minha boneca. Ela era feia. (MASSENA, Flávia, 2017, p.10).

Os escritos-depoimentos de Flávia Massena (Relações Públicas) e Caroline Damázio (Psicologia) corporificam os efeitos do racismo na construção subjetiva das crianças e da juventude negra brasileira. Mesmo que no momento atual exista alguma visibilização dessa temática em novelas infantis, bem como em atitudes isoladas de alguns adultos(as) que tentam proteger as crianças negras, ainda temos um percurso árduo de incorporação dessa temática nas formações acadêmicas. Quando se intersecciona o marcador social de gênero e de classe social, enxergamos outra faceta violenta do racismo, corroborado pelos índices de genocídio dos jovens negros no Brasil¹¹, a qual produzirá efeitos nas relações de cuidado familiar, nas relações entre mães-pais e seus filhos e suas filhas. Segundo Alisson Batista (2016, p.6):

Sou o primeiro universitário da minha família e costumo dizer que a preocupação da minha mãe nunca foi pensar qual instituição de ensino eu iria frequentar ou qual curso iria fazer, mas sim, que ao sair de casa eu estivesse munido da minha carteira de identidade, caso fosse abordado pela polícia e que nunca voltasse muito tarde para evitar assaltos.

¹¹ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012 – A Cor dos Homicídios no Brasil**. São Paulo: CEBELA – CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS/FLASCO, 2012.

Somente em 2010 comecei a estudar a temática das relações raciais na produção de subjetividade. Em minha trajetória de formação universitária em psicologia, nunca tive uma linha sequer de leitura sobre o racismo. Tampouco os espaços de estágio, de extensão e de pesquisa pelos quais circulei tocaram no assunto. Como sou uma mulher branca, essa experiência da racialização não era sentida, não era pensada por mim. Atualmente tenho me dedicado a pesquisar os efeitos do racismo na saúde mental da população usuária das unidades de saúde do SUS¹². Por isso minhas reflexões estão mais aguçadas no marcador social de raça, mas ao circular por essa rua que construiu o racismo, passo a enxergar as encruzilhadas da interseccionalidade. PARE, OLHE, ESCUTE! Avisam as placas dos cruzamentos.

Dessas andanças de docente, nas minhas práticas de extensão universitária junto ao CRDH/Nupsex, tenho aprendido como é importante salientar que quando se analisa as situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, além da macroestrutura social de desigualdades do Brasil, entram em cena, com maior relevância, as violências que a família e a escola produzem nas crianças e adolescentes que escapam aos marcadores sociais dos privilégios naturalizados. Assim, ser LGBTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais), ser negro(a), ser pobre, ser deficiente colocará esses sujeitos em possível sofrimento e risco de violência externa, seja por estranhos ou familiares e conhecidos, como de violência interna, uma vez que nossa construção psíquica se dá na relação com o mundo. Ou seja, se sou vista/o e tratada/o como uma aberração, uma/o fracassada/o, uma/o primitiva/o, uma/o desvalida/o, possivelmente terei maior dificuldade em reconhecer-me de forma positiva. Sob essas condições, é provável que emerjam comportamentos agressivos e/ou depressivos, dirigidos tanto às outras pessoas como a mim mesma/o. Nesse sentido, o ser em construção é tomado por experiências limitadoras, restritivas.

Nesse contexto, as profissionais e os profissionais que atuam nas políticas públicas serão fundamentais para proteger as crianças e adolescentes das violências institucionais, bem como para promover experiências relacionais que potencializem a expansão da vida. Os discursos racistas, sexistas, classistas, capacitistas estruturam o cotidiano de nossas práticas, as quais são efetivadas pelas pessoas que atuam nos serviços.

¹² Pesquisa Racismo, relações de saber-poder e sofrimento psíquico. Coordenação Geral Henrique Caetano Nardi. Instituto de Psicologia da UFRGS, apoio CNPq (2015-2017).

À GUISA DE CONCLUSÃO

AMORAS
Emicida

Veja só, veja só, veja só, veja só
Mas como o pensar infantil fascina
De dar inveja, ele é puro, que nem Obatalá
A gente chora ao nascer, quer se afastar de Alla
Mesmo que a íris traga a luz mais cristalina
Entre amoras e a pequenina eu digo
As pretinhas são o melhor que há
Doces, as minhas favoritas brilham no pomar
E eu noto logo se alegrar os olhos da menina
Luther King vendo cairia em pranto
Zumbi diria que nada foi em vão
E até Malcolm X contaria a alguém
Que a doçura das frutinhas sabor acalanto
Fez a criança sozinha alcançar a conclusão
"Papai que bom, porque eu sou pretinha também"

Salve Emicida! Salve os encontros que produzem afetos transformadores. Aos moldes dos ensinamentos de Mário Osório Marques (2006), Paulo Freire e Donaldo Macedo (1990), bell hooks (2013), Chimamanda Ngozi Adiche (2009), Paulina Chiziane (2013), Daniel Munduruku (2014), Gilles Deleuze (1992), quero concluir apresentando minha fé na força das palavras. Fé na imprescindível experiência das trocas nos processos de aprendizagem, e porque não dizer, nas práticas de cuidado. Assim, chamei para essa conversa-escrita autores e autoras que me ajudam a “olhar o mar”, como contou Eduardo Galeano sobre o menino e o pai no primeiro encontro com a imensidão do mar. Impossível navegar sozinha.

Principalmente quando se atua em políticas de proteção às crianças e adolescentes, visto ser esta uma experiência que produz diversos sentimentos e inúmeros desafios. A produção de conhecimentos sobre as especificidades dessas etapas iniciais da vida se institucionalizou como central nos discursos das sociedades contemporâneas. Nas legislações brasileiras posteriores ao regime de ditadura civil-militar que assolou a América Latina no século XX, a Doutrina da Proteção Integral emergiu como orientadora na concepção das políticas públicas para os “sujeitos” *infanto-juvenis*. Nesse processo político histórico de ampliação de direitos, mulheres e homens continuam lutando para tornar esse mundo menos violento, menos injusto. Contudo, numa sociedade em que os discursos do capitalismo balizam a vida material das pessoas, serão as formas de dominação simbólica, pré-discursivas, ou seja, não- refletidas que legitimarão a manutenção do *status quo*. Importante destacar que as formas de dominação dos discursos racistas, sexistas e capacitistas não foram produzidos

na modernidade, tampouco são exclusivos do sistema capitalista. Portanto, os discursos sobre raça/etnia, gênero/sexualidade, classe social e deficiências físicas e mentais precisam ser incorporados na compreensão das violências e proteções ao público infanto-juvenil. Pois quando se está atuando diretamente com crianças e adolescentes, estamos com pessoas de carne e osso, com experiências de vidas que marcaram seus corpos, seus afetos, seus comportamentos, suas possibilidades de sonhar, suas dores e seus temores. Ao mesmo tempo, nós, educadoras e educadores, cuidadoras e cuidadores, também fomos subjetivados na articulação interseccional do discurso colonizador, o qual foi tramado em lógicas racistas, sexistas, capacitistas e classista. Assim, não é suficiente pensar em nosso público infanto-juvenil como “os sujeitos” de direitos protegidos pelo ECA, visto esta legislação embasar-se na concepção de sujeito universal, abstrato. Neste sentido, o conceito de interseccionalidade nos ajuda a corporificar as crianças e adolescentes com quem trabalhamos, assim como nos força a questionar sobre a maneira que esses corpos afetam os nossos corpos.

Quando afirmo isso, o faço do meu lugar de mulher branca, professora universitária, sem deficiência física ou mental, cis-heterossexual, ou seja, uma pessoa “quase” totalmente dentro das normas sociais que asseguram os privilégios de ser um sujeito de direitos numa democracia recente, de um dos países mais desiguais do mundo. Sim, sou uma cidadã plena, ou quase plena, não fosse o fato de ser “mulher”.

E é deste lugar de privilégios que assumo a importância do conceito de interseccionalidade proposto pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002). No Brasil dos anos de 1970, Lélia Gonzáles e Beatriz Nascimento já apontavam as diferenças entre nós, pois apesar de sermos mulheres intelectualizadas, eu tenho o privilégio da brancura do meu corpo, o que não é pouca coisa nas relações sociais brasileiras que possibilitaram a minha constituição psicológica. Assim como não é pouca coisa ser uma mulher cisgênero, sem deficiências físicas e/ou mentais, pois estes atributos também garantem privilégios na minha existência.

Desta forma, finalizo reiterando a relevância de apropriação teórico-prática das discussões interseccionais sobre gênero/sexualidade-raça/etnia-classe social-deficiência física e/ou mental nos espaços de formação continuada para um exercício crítico-reflexivo de nossa atuação com crianças e adolescentes que chegam aos nossos serviços.

Devido à complexidade dos campos de estudos que precisam ser acessados para lidarmos com a interseccionalidade dos marcadores sociais de diferença (BRAH, Avtar, 2006), este texto não teve o propósito de explicitar as especificidades teóricas dos conceitos

de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe social e deficiência física e/ou mental. Essa escrita-conversa espera ter provocado desassossegos, e com eles, a curiosidade do pesquisar. Por isso, deixa pistas dos caminhos trilhados na sua tessitura, os quais podem ser seguidos nas referências bibliográficas e nas notas de rodapés, para que o leitor e a leitora possam conhecê-los e escolher as ruas e as rotas que irão trilhar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jonas Modesto e ALLEGRETTI, Giovanni. Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/36545/20239>> Acessado em 24/07/2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo das histórias únicas**. TED 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>, acessado em 25/07/2017.

BARCELLOS, Jéssyca da Rosa Santos. **Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e região metropolitana**. Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da UFRGS. Instituto de Psicologia da UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/148270>>, acessado em 25/07/2017.

BATISTA, Alisson Ferreira. **Trajetos e percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia**. Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da UFRGS. Instituto de Psicologia da UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/157424>>. acessado em 25/07/2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 26, 329-376. 2006.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005

CHIZIANE, Paulina. **Eu, Mulher... por uma nova visão do mundo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 10 nº 1. Florianópolis. Jan 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. Rio de Janeiro: 1992.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. IN: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <<http://issuu.com/casesounb/docs/leliagonzalez-racismo-e-sexismo-na/1>>

GUARANHA, Camila. **O desafio da equidade e da integralidade: travestilidades e transexualidades no sistema único de saúde**. Dissertação de Mestrado. PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115052/000956446.pdf?sequence=1>>, acessado em 25/07/2017.

GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GESSER, Marivete, NUERNBERG, Adriano Henrique, & TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**; 24(3): 557-566, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3093/309326585026/>>, acessado em 25/07/2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir - A Educação Como Prática da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>>, acessado em: 25/07/2017

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí/RS: Ijuí, 2006.

MASSENA, Flávia Alessandra Godoy. **Preto Tá na Moda: Reflexões sobre os desfiles da LAB no São Paulo Fashion Week**. Trabalho de Conclusão do Curso de Publicidade e Propaganda da UFRGS. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, 2017.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012. ISBN 9788561191719

MUNANGA, Kabengele. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em : http://www.ufrbr.br/penesb/images/publicacoes/Penesb_5_Texto_Kabenguele_Munangapdf

MUNDURUKU, Daniel. **Das coisas que aprendi**. São Paulo. UK´A, 2014.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. ISBN 8571391955.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**. Ano 17, n º37, 2002. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192>>, acessado em 24/07/2017

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Caroline Damazio da. **Racismo e a produção de estereótipos**: impactos na subjetividade da criança negra no brasil. Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da UFRGS. Instituto de Psicologia da UFRGS, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, volume 1, número 1, janeiro/julho de 2013

VIEIRA DA SILVA, Lígia Maria e ALMEIDA FILHO, Naomar. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2:S217-S226, 2009. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v25s2/04.pdf>>, acessado em: 24/07/2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012** – A Cor dos Homicídios no Brasil. São Paulo: Cebela – Centro De Estudos Latino Americanos/Flasco, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>, acessado em 25/07/2017.